

A EFETIVAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008 NO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARICONHA/AL

THE IMPLEMENTATION OF LAW Nº 11.645/2008 IN ELEMENTARY EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN MUNICIPAL SCHOOLS IN PARICONHA/AL

Ieda Nunes de Carvalho¹
Rúbia Kátia Azevedo Montenegro²

RESUMO: Este artigo analisa a aplicação da Lei nº 11.645/2008 nas escolas municipais de Pariconha/AL, a partir da percepção de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizou questionários aplicados a docentes, coordenadora pedagógica e gestora escolar, visando compreender o conhecimento e as práticas relacionadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Os resultados apontam para o desconhecimento da legislação por grande parte dos participantes, a ausência de regulamentação municipal e a carência de formação continuada voltada ao tema. Também se identificou a escassez de materiais didáticos específicos e a não adaptação dos Projetos Político-Pedagógicos à legislação. Esses fatores comprometem a efetividade da educação antirracista, revelando a necessidade de políticas públicas que promovam a formação docente e o fortalecimento institucional para a valorização da diversidade étnico-racial. O estudo reforça a urgência de ações articuladas que garantam a implementação plena da Lei nº 11.645/2008.

1521

Palavras-chave: Diversidade. Práticas Pedagógicas. Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT: This article analyzes the application of Law No. 11.645/2008 in municipal schools in Pariconha/AL, based on the perception of elementary school teachers. The research, which used a qualitative and quantitative approach, used questionnaires administered to teachers, pedagogical coordinators, and school administrators, aiming to understand the knowledge and practices related to the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture. The results indicate that most participants were unfamiliar with the legislation, that there is no municipal regulation, and that there is a lack of continuing education focused on the topic. The scarcity of specific teaching materials and the failure to adapt Political-Pedagogical Projects to the legislation were also identified. These factors compromise the effectiveness of anti-racist education, revealing the need for public policies that promote teacher training and institutional strengthening to value ethnic-racial diversity. The study reinforces the urgency of coordinated actions that ensure the full implementation of Law No. 11.645/2008.

Keywords: Diversity. Pedagogical Practices. Ethnic-Racial Relations.

¹Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

²Professora Orientadora do Curso de Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

1 INTRODUÇÃO

A valorização da diversidade étnico-racial no ambiente escolar constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma educação inclusiva, democrática e comprometida com a justiça social. Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 11.645/2008 representa um marco importante ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, de todo o país. Tal legislação visa não apenas ao reconhecimento das contribuições desses povos para a formação da identidade nacional, mas também à superação do racismo estrutural e da invisibilização histórica dessas culturas no currículo escolar.

No entanto, apesar dos avanços legais, diversos estudos e diagnósticos revelam que a efetiva implementação da referida lei ainda enfrenta entraves significativos, sobretudo no que diz respeito à formação docente, à produção de materiais didáticos adequados e à incorporação dos conteúdos no planejamento pedagógico das escolas. A ausência de políticas públicas eficazes e o desconhecimento da legislação por parte dos profissionais da educação comprometem a concretização dos objetivos propostos, perpetuando lacunas no ensino e fragilizando o processo de valorização da diversidade cultural nas salas de aula.

1522

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção e a atuação dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais de Pariconha/AL no que se refere à aplicação da Lei nº 11.645/2008. Para tanto, buscou-se identificar o grau de conhecimento da legislação por parte dos docentes, as práticas pedagógicas adotadas, as ações formativas oferecidas pela gestão escolar e municipal, bem como os desafios enfrentados para a implementação dos conteúdos étnico-raciais no cotidiano escolar.

Ao promover essa investigação, pretende-se contribuir com a reflexão crítica sobre os limites e possibilidades da educação antirracista no contexto das escolas públicas municipais, reconhecendo o papel estratégico dos professores na transformação da realidade educacional e na promoção de uma cultura escolar mais equitativa, plural e respeitosa com a diversidade dos sujeitos que compõem o espaço escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARICONHA/AL

Para a realização desta etapa da pesquisa realizada em escolas de Pariconha-AL, foi enviado um convite aos professores, à coordenadora pedagógica e à gestora escolar, incentivando sua participação. O encontro teve início com as boas-vindas e o agradecimento verbal pela disponibilidade em contribuir com a pesquisa. Na sequência, foi feita uma apresentação detalhada sobre o estudo, incluindo seus objetivos e a importância da participação dos envolvidos nesta fase. Após a explanação, aplicaram-se os questionários destinados aos professores, à coordenadora pedagógica e à gestora.

Assim, foi realizado o levantamento do perfil dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde constatou-se que parte dos docentes reside no centro do município de Pariconha/AL, enquanto outros vêm de cidades e estados vizinhos. Todos possuem acesso aos documentos escolares e utilizam a internet para realizar pesquisas e aprimorar suas práticas pedagógicas. Em relação à remuneração, identificou-se que o salário dos professores varia conforme o tempo de serviço e sua vinculação ao plano de cargos e salários vigente no município.

1523

Conforme os dados levantados 90% dos participantes da pesquisa se identificam como católicos, enquanto 10% se declaram protestantes. Esses dados revelam uma predominância da religião católica entre os respondentes, refletindo um traço característico da composição religiosa brasileira em diversas regiões. Essa configuração pode ser interpretada como um fator cultural significativo que influencia valores, comportamentos e práticas sociais, especialmente em contextos relacionados à educação, identidade e relações comunitárias.

No âmbito desta pesquisa, a análise da composição religiosa é relevante para compreender possíveis interseções entre religião, práticas culturais e o tema investigado, sobretudo se os valores e normas dessas comunidades religiosas impactam diretamente o objeto de estudo. Assim, a predominância do catolicismo pode indicar elementos estruturais de homogeneidade cultural, ao passo que a presença minoritária de protestantes sugere uma pluralidade que merece ser explorada quanto às implicações para os objetivos da pesquisa.

Apresentamos a distribuição do estado civil dos participantes da pesquisa, indicando que 50% deles são casados, 45% são divorciados e 5% são solteiros. Esses dados demonstram

uma predominância de indivíduos casados e divorciados, evidenciando uma possível maturidade ou experiência de vida mais avançada no grupo, aspectos que podem influenciar na forma como percebem ou se engajam nas questões abordadas na pesquisa.

A presença expressiva de participantes divorciados (45%) sugere um perfil de pessoas que podem ter passado por transições significativas em suas vidas, o que pode impactar suas percepções ou práticas relacionadas ao tema estudado. Por outro lado, a baixa representatividade de solteiros (5%) reflete um recorte demográfico em que essa condição civil é minoritária, possivelmente indicando que o grupo amostral é composto, em sua maioria, por indivíduos com vínculos matrimoniais prévios ou atuais.

Os participantes da pesquisa possuem faixa etária compreendida entre 26 e 51 anos, o que evidencia um grupo majoritariamente composto por adultos em diferentes fases da vida profissional e pessoal. Essa amplitude etária permite a inclusão de perspectivas diversificadas, englobando desde indivíduos em início de carreira até aqueles com maior experiência acumulada, o que pode enriquecer as contribuições para o estudo. Além disso, essa variação etária possibilita analisar como diferentes gerações percebem e se relacionam com o tema investigado, oferecendo um panorama mais abrangente e representativo para a pesquisa.

Vemos na pesquisa, a distribuição do tempo de atuação dos participantes da pesquisa, dividindo-os entre concursados de 2001 (75%), concursados de 2014 (15%) e profissionais contratados por processo seletivo (10%). A predominância dos concursados de 2001 indica um quadro funcional com significativa experiência, o que pode favorecer a estabilidade e a continuidade das práticas pedagógicas. Contudo, a menor presença de profissionais mais recentes, seja concursado ou contratado, sugere desafios no que se refere à renovação de abordagens educacionais e à introdução de novas perspectivas no ambiente escolar.

Essa composição do corpo docente pode ser analisada à luz de Gil (2008), que ressalta que a experiência acumulada no campo educacional contribui para a consolidação de práticas pedagógicas, mas também pode resultar em certa resistência a mudanças e inovações. Nesse sentido, a inserção de novos profissionais, como os contratados ou concursados mais recentes, é essencial para fomentar a troca de conhecimentos e para garantir a adaptação às demandas contemporâneas da educação.

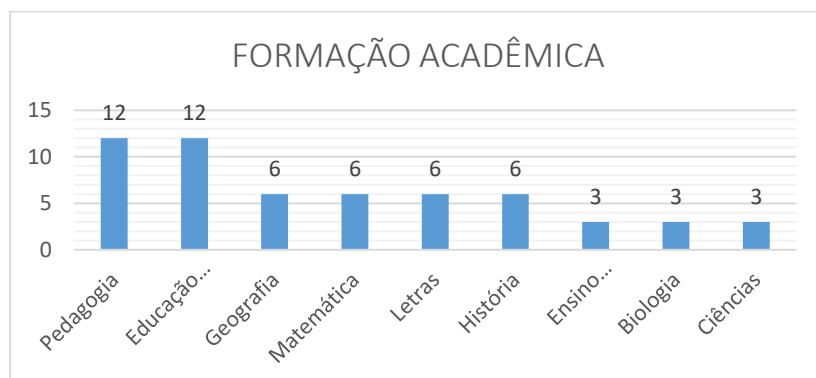
Além disso, Bardin (2011) destaca que a análise de dados em pesquisa educacional deve considerar o contexto histórico e social no qual os profissionais estão inseridos, pois fatores

como tempo de serviço e modalidade de contratação podem influenciar diretamente as percepções e práticas dos docentes. Essa heterogeneidade de perfis, evidenciada no gráfico, permite compreender como diferentes grupos podem reagir a políticas educacionais e processos de inovação no contexto da escola.

Entre os 34 participantes da pesquisa, a distribuição de formações acadêmicas revela uma diversidade significativa que enriquece o ambiente escolar e as práticas pedagógicas. Os docentes possuem graduações variadas: 12% em Pedagogia, área central para a educação básica; 12% em Educação Física, que contribui para o desenvolvimento integral dos alunos; 6% em Geografia, Matemática, Letras e História, cada uma dessas áreas agregando perspectivas fundamentais ao ensino interdisciplinar; e 3% em Ensino Religioso, Biologia e Ciências, áreas que ampliam a diversidade de saberes na escola.

Além da formação inicial, destaca-se o investimento em formação continuada, com 6% possuindo especialização em Psicopedagogia, 3% em Psicomotricidade Clínica e Escolar, e 9% em fase de conclusão do mestrado. Segundo Libâneo (2012), a formação docente, especialmente em níveis de pós-graduação, é um elemento essencial para a qualificação do ensino, pois proporciona aos educadores ferramentas para enfrentar os desafios da contemporaneidade e integrar teorias mais avançadas às suas práticas pedagógicas.

Gráfico 1 – Formação acadêmica dos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Essa composição acadêmica diversa reflete o compromisso dos professores com a atualização profissional e com a busca por estratégias inovadoras, essenciais para atender às demandas de uma educação mais plural e inclusiva.

Ao analisar os dados sobre o conhecimento dos participantes em relação à Lei nº 11.645/2008, verifica-se que, entre os respondentes, 35% afirmaram conhecer o teor da lei,

enquanto 62% declararam não conhecê-la, e 3% optou por não responder. Esses percentuais evidenciam que a maioria dos docentes ainda desconhece essa legislação essencial, o que pode comprometer a implementação de práticas educativas que promovam a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, conforme previsto pela lei.

A análise das respostas relacionadas à regulamentação da Lei nº 11.645/2008 em nível municipal ou escolar revela um cenário preocupante quanto ao conhecimento dessa temática pelos participantes da pesquisa. Entre os respondentes, apenas 3% afirmou que o município possui regulamentação própria alinhada à lei, enquanto 3% declarou que tal regulamentação não existe. No entanto, a grande maioria, 91% afirmou não saber sobre a existência de regulamentações locais, e 3% não respondeu à questão. Esses dados refletem uma lacuna significativa na disseminação de informações sobre o cumprimento da lei em âmbito municipal, o que pode comprometer sua aplicação efetiva no contexto educacional.

A ausência de conhecimento, evidenciada pelos 91% que não souberam responder sobre a regulamentação, pode ser reflexo de lacunas na formação continuada dos professores e gestores escolares. Isso aponta para a necessidade de políticas públicas mais robustas, que priorizem a formação e capacitação de educadores quanto às diretrizes da Lei, promovendo maior articulação entre os níveis municipal e escolar.

1526

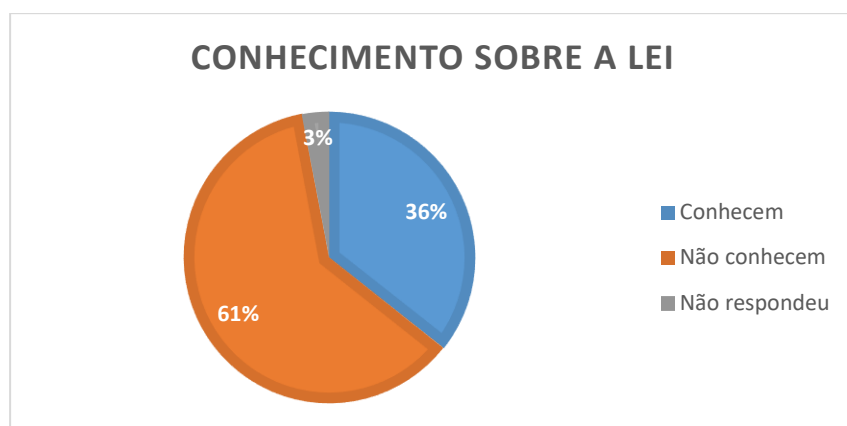
Além disso, é fundamental considerar que a lei não é apenas um dispositivo jurídico, mas também um instrumento pedagógico que visa à promoção da diversidade cultural e da inclusão no ambiente escolar. A falta de regulamentação ou o desconhecimento de sua existência podem acarretar na perpetuação de práticas educativas que negligenciem a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, contrariando os objetivos centrais da legislação.

Ao analisar os dados sobre o conhecimento dos participantes em relação à Lei nº 11.645/2008, verifica-se que, entre os respondentes, 36% afirmaram conhecer o teor da lei, enquanto 62% declararam não conhecê-la, e 3% optou por não responder (Gráfico 2). Esses percentuais evidenciam que a maioria dos docentes ainda desconhece essa legislação essencial, o que pode comprometer a implementação de práticas educativas que promovam a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, conforme previsto pela lei.

Como destaca Freire (1996), “a educação é um ato político”, e, para que ela seja transformadora, é imprescindível que os educadores tenham conhecimento crítico sobre os

instrumentos legais que orientam sua prática. Nesse sentido, a baixa porcentagem de educadores que dominam o conteúdo da Lei nº 11.645/2008 reflete a necessidade de investimentos em formação continuada e na divulgação de dispositivos legais que fundamentem uma educação mais inclusiva e antirracista.

Gráfico 2 – Respostas sobre o conhecimento dos participantes em relação à Lei nº 11.645/2008.

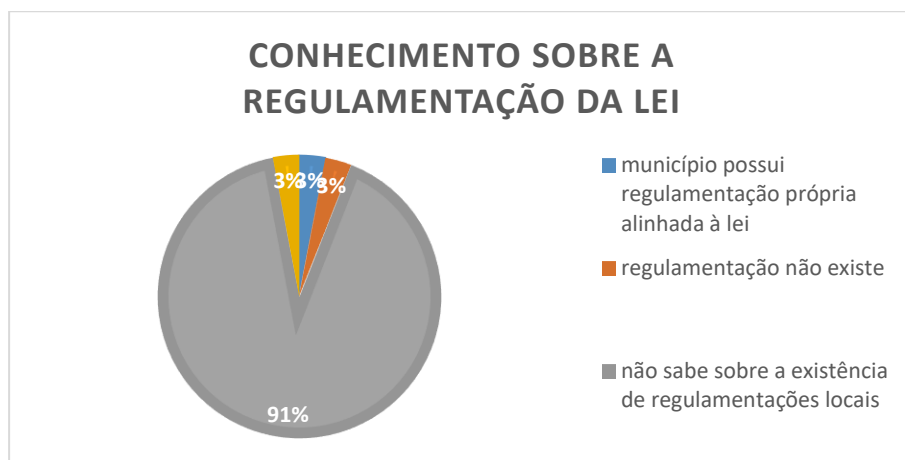


Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A análise das respostas relacionadas à regulamentação da Lei nº 11.645/2008 em nível municipal ou escolar revela um cenário preocupante quanto ao conhecimento dessa temática pelos participantes da pesquisa. Entre os respondentes, apenas 3% afirmou que o município possui regulamentação própria alinhada à lei, enquanto 3% declarou que tal regulamentação não existe. No entanto, a grande maioria, 92% afirmou não saber sobre a existência de regulamentações locais, e 3% não respondeu à questão (Gráfico 3). Esses dados refletem uma lacuna significativa na disseminação de informações sobre o cumprimento da lei em âmbito municipal, o que pode comprometer sua aplicação efetiva no contexto educacional.

Esse cenário pode ser compreendido à luz das considerações de Bardin (2011), que enfatiza que "o desconhecimento ou a ausência de articulação entre as normas legais e as práticas escolares prejudica a implementação de políticas públicas educacionais". Nesse caso, a Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, depende de regulamentações municipais para adequar sua aplicação às realidades locais, conforme destaca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

Gráfico 3 – Respostas sobre o conhecimento dos participantes sobre a regulamentação da Lei nº 11.645/2008 em nível municipal ou escolar.



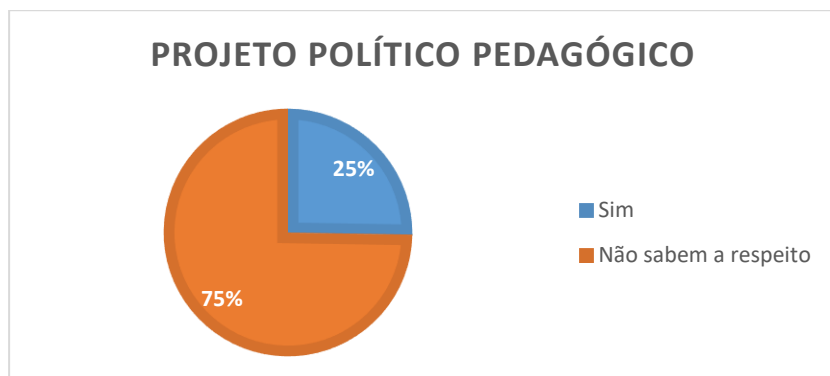
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Ademais, Libâneo (2012) ressalta que a formação continuada é essencial para que os educadores compreendam os marcos legais e atuem de maneira crítica na implementação de políticas educacionais. Assim, é urgente que o município invista em iniciativas que sensibilizem e informem os profissionais da educação sobre a Lei nº 11.645/2008 e sua regulamentação, garantindo que todos os atores escolares sejam agentes ativos na promoção de uma educação que valorize a diversidade cultural e combata o racismo institucional.

A análise das respostas sobre a adaptação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola em conformidade com a exigência da Lei nº 11.645/2008, que prevê a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, revela um cenário desafiador. Entre os participantes, nenhum confirmou a adaptação do PPP, enquanto 24% afirmaram que ele não foi adaptado, e a maioria, 71% declarou não saber a respeito dessa questão (Gráfico 4).

Esses dados evidenciam tanto a ausência de implementação efetiva da legislação quanto a falta de disseminação de informações sobre as exigências legais entre os profissionais da educação.

Gráfico 4 - Respostas sobre a adaptação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola em conformidade com a exigência da Lei nº 11.645/2008.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A análise dos dados apresentados sobre as ações da Secretaria Municipal de Educação voltadas para a formação de professores no ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira revela um cenário preocupante. Entre os participantes da pesquisa, 74% afirmaram que essas ações não são realizadas, enquanto 26% relataram que elas ocorrem de forma esporádica, e nenhum participante indicou que tais ações são realizadas regularmente (Gráfico 5). Esses números destacam a ausência de uma política contínua e estruturada de formação docente nessa temática, o que compromete a aplicação efetiva da Lei nº 11.645/2008.

1529

Gráfico 5 – Respostas sobre as ações da Secretaria Municipal de Educação voltadas para a formação de professores no ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A irregularidade ou inexistência de cursos destinados à implementação da Lei nº 11.645/2008 limita a capacidade dos professores de integrar de forma crítica e significativa os

conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena em suas aulas, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

A ausência de ações regulares voltadas à formação docente em história e cultura afro-brasileira e indígena compromete o cumprimento dos objetivos previstos na Lei nº 11.645/2008, que visa garantir a valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo por meio da educação. Conforme destaca Gatti (2009), "a formação contínua dos professores deve ser concebida como um direito e uma necessidade, especialmente quando se trata de políticas educacionais que demandam mudanças significativas nas práticas escolares". Nesse sentido, o fato de 74% dos participantes afirmarem que não há formação específica demonstra um descompasso entre as diretrizes legais e as práticas adotadas no município, o que pode refletir em um ensino limitado e superficial dessas temáticas.

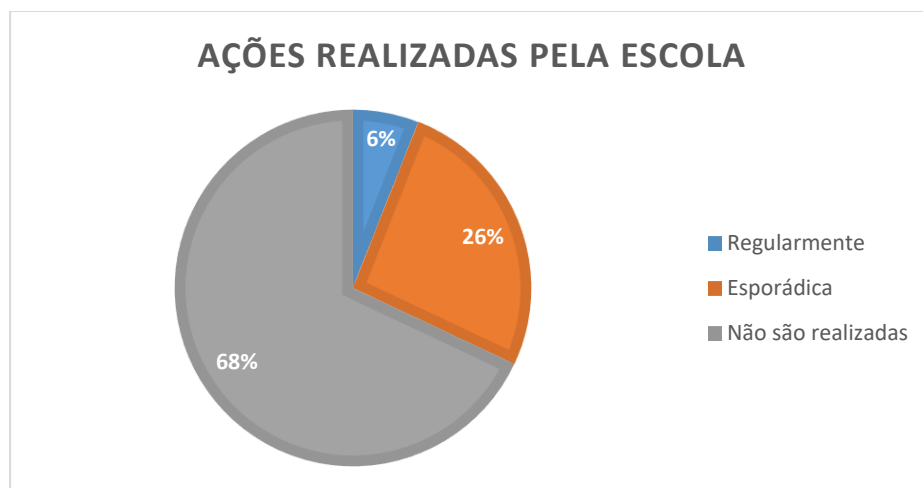
Outro ponto relevante é que os 26% que relataram formações esporádicas indicam uma possível tentativa de abordar o tema, ainda que de forma insuficiente. No entanto, segundo Freire (1996), a educação precisa ser um "processo permanente de reflexão e prática crítica", o que exige continuidade e profundidade na formação dos educadores.

O cenário apresentado reforça a necessidade de maior articulação entre as políticas públicas municipais e a realidade escolar. Como sugere Libâneo (2012), a formação docente deve ser entendida como "uma estratégia de desenvolvimento profissional e de melhoria da qualidade do ensino", e isso só será possível por meio de um compromisso institucional com a capacitação regular dos professores. Além de contribuir para a aplicação efetiva da Lei nº 11.645/2008, essas formações também desempenham um papel crucial na construção de uma escola que valorize a pluralidade cultural e prepare os estudantes para atuar em uma sociedade diversa e inclusiva. Investir na formação docente é, portanto, uma ação estratégica para a construção de um sistema educacional mais justo e alinhado às demandas sociais contemporâneas.

A análise dos dados sobre as ações realizadas pela escola para orientar os professores em práticas pedagógicas e atividades didáticas relacionadas às relações étnico-raciais e ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena revela desafios significativos. Dos participantes, apenas 6% indicaram que essas orientações são realizadas regularmente, enquanto 26% afirmaram que ocorrem de forma esporádica, e 68% declararam que essas ações não são realizadas (Gráfico 6). Esse quadro reflete uma carência no planejamento e na efetivação de

ações voltadas para o cumprimento da Lei nº 11.645/2008 no ambiente escolar, comprometendo a implementação de uma educação antirracista e inclusiva.

Gráfico 6 – Respostas sobre as ações realizadas pela escola para orientar os professores em práticas pedagógicas e atividades didáticas em relação ao tema.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A baixa frequência de orientações regulares pode ser analisada à luz de Freire (1996), que destaca que a educação deve ser um "processo contínuo de diálogo e reflexão", demandando ações sistemáticas para que os professores se tornem agentes de transformação social. A ausência de orientações contínuas limita a capacidade dos educadores de abordar temas relacionados às relações étnico-raciais de forma crítica e consistente, dificultando a promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e combatam o preconceito.

A presença de 26% de participantes que relatam ações esporádicas sugere que a escola reconhece a importância do tema, mas carece de planejamento e continuidade. Para transformar essas ações em uma política educacional efetiva, é necessário que a escola institucionalize as orientações durante os encontros pedagógicos, fortalecendo o papel do coletivo docente na construção de estratégias pedagógicas inclusivas e comprometidas com as diretrizes da legislação vigente. Isso reforça a importância de uma abordagem integrada e permanente, como propõe Bardin (2011), para que a escola não apenas cumpra os marcos legais, mas se torne um espaço de transformação e valorização da diversidade cultural.

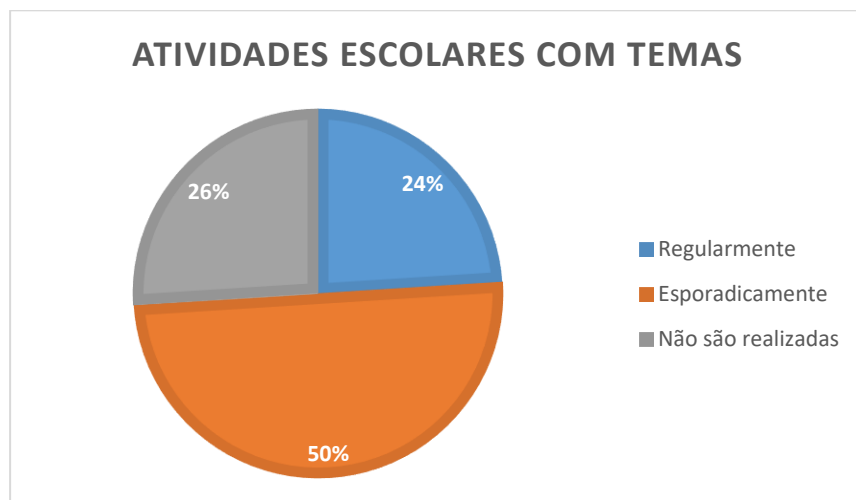
A falta de orientações regulares também evidencia um desafio maior no âmbito das políticas públicas educacionais: a desconexão entre a legislação e sua implementação prática no

cotidiano das escolas.

Outro aspecto que merece destaque é o impacto que essa falta de regularidade pode ter na formação cidadã dos estudantes. A ausência de práticas pedagógicas regulares voltadas para as relações étnico-raciais pode perpetuar um currículo eurocêntrico, que invisibiliza as contribuições dos povos indígenas e afro-brasileiros para a formação da sociedade. Como destaca Candau (2010), "uma educação que não reconhece a diversidade cultural reforça estereótipos e desigualdades, em vez de promover o respeito mútuo e a equidade".

A análise das respostas relacionadas à realização de atividades anuais, como desfiles, mostras culturais e oficinas, voltadas para o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira, revela um cenário de avanços limitados. Entre os participantes, 24% afirmaram que essas atividades são realizadas regularmente, enquanto 50% indicaram que ocorrem esporadicamente, e 26% informaram que tais ações não são realizadas. Esses dados apontam que, embora a maioria das escolas demonstre alguma iniciativa, a regularidade necessária para promover uma abordagem contínua e efetiva ainda é uma meta distante (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Respostas relacionadas à realização de atividades anuais, como desfiles, mostras culturais e oficinas, voltadas para o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Essa resposta pode ser interpretada à luz das reflexões de Candau (2010), que afirma que "ações pontuais, embora importantes, não são suficientes para promover uma educação comprometida com a valorização da diversidade cultural". A realização esporádica dessas atividades pode restringir a temática a momentos isolados, como datas comemorativas, em vez

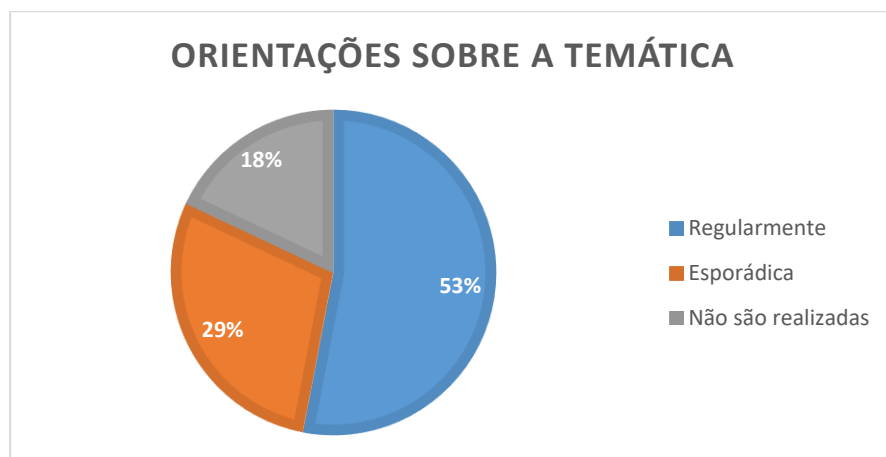
de integrá-la de maneira transversal ao currículo escolar. Assim, apesar das iniciativas reportadas, é essencial que as escolas avancem na institucionalização dessas práticas, garantindo que o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena seja contínuo e estruturado.

O percentual de 26% que indicam a ausência de ações reforça a necessidade de investimentos em formação docente e planejamento pedagógico. A implementação de práticas regulares depende de uma política educacional integrada, que valorize a formação continuada dos professores e a mobilização da equipe pedagógica para organizar eventos e atividades de impacto. Conforme argumenta Libâneo (2012), "a construção de uma escola democrática e inclusiva exige que a diversidade cultural seja tratada como eixo central do processo educativo, e não apenas como um complemento". Assim, garantir que essas atividades sejam parte integrante do planejamento escolar é essencial para consolidar o papel transformador da educação no combate às desigualdades e ao preconceito.

A análise das respostas sobre as orientações oferecidas pela equipe diretivo-pedagógica aos professores para lidar com casos de racismo em sala de aula apresenta resultados que demonstram avanços importantes, mas ainda insuficientes. Dos participantes, 53% afirmaram que essas orientações são realizadas regularmente, 29% indicaram que ocorrem de forma esporádica e 18% declararam que tais orientações não são realizadas (Gráfico 8). Esses dados evidenciam que, embora exista um esforço por parte das equipes gestoras em promover ações nesse sentido, ainda há lacunas que comprometem uma abordagem mais ampla e consistente do tema.

O fato de mais da metade dos respondentes apontar para orientações regulares é positivo, mas é importante lembrar que a orientação e o preparo para lidar com situações de racismo devem ser constantes e sistemáticos. Conforme Candau (2010), "o enfrentamento das desigualdades e das discriminações raciais no ambiente escolar demanda um trabalho contínuo de formação, reflexão e ação prática". A ausência de orientação em 18% das respostas indica que algumas escolas ainda carecem de políticas institucionais claras para abordar o racismo, o que pode perpetuar práticas de exclusão e preconceito no ambiente escolar.

Gráfico 8 - Respostas sobre as orientações oferecidas pela equipe diretivo-pedagógica aos professores para lidar com casos de racismo em sala de aula.

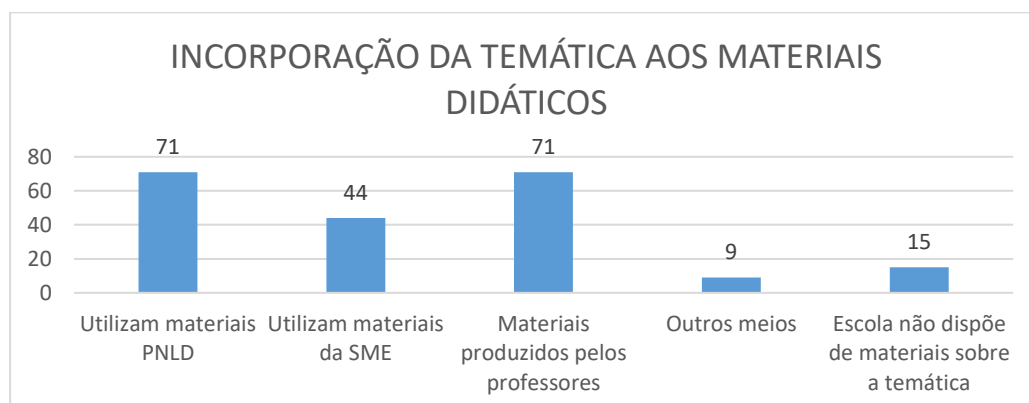


Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A análise das respostas sobre a incorporação do ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira nos materiais didáticos da escola revela um uso diversificado, mas ainda com lacunas significativas em relação à universalidade e consistência dessa prática. Dos participantes, 71% indicaram que utilizam materiais distribuídos via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Outros 44% relataram o uso de materiais didáticos, paradidáticos e de apoio fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, enquanto 71% apontaram o uso de materiais produzidos ou trazidos pelos próprios professores. Adicionalmente, 9% mencionaram outros meios, como o uso do livro, vídeos e materiais diversos, e 15% afirmaram que a escola não dispõe de materiais específicos sobre a temática (Gráfico 9).

1534

Gráfico 9 - Respostas sobre a incorporação do ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira nos materiais didáticos da escola revela um uso diversificado.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A predominância do uso de materiais via PNLD demonstra uma dependência significativa dos recursos padronizados distribuídos pelo governo. Segundo Candau (2010), "os materiais didáticos são ferramentas essenciais, mas precisam ser contextualizados e complementados para refletir as realidades locais e culturais". Nesse sentido, embora o PNLD contemple as temáticas obrigatórias, sua aplicação pode ser limitada pela falta de adequação às especificidades regionais e às necessidades pedagógicas de cada escola. Ações locais, como a produção de materiais próprios pelos professores, indicada por 71%, são positivas, mas refletem a ausência de uma política mais estruturada para fornecer recursos que integrem o tema de forma mais sistemática e uniforme.

Outro ponto relevante é o uso de materiais complementares fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, citado por 44% dos participantes. Embora essa prática reforce a diversidade de recursos, ela evidencia também a dependência de ações esporádicas ou iniciativas individuais, em vez de uma estratégia contínua e abrangente.

O fato de 15% dos respondentes afirmarem que a escola não dispõe de materiais sobre as temáticas evidencia uma grave lacuna, que pode comprometer o cumprimento da legislação. Freire (1996) enfatiza que "a educação crítica exige instrumentos que possibilitem ao educador mediar os conteúdos de forma reflexiva e significativa".

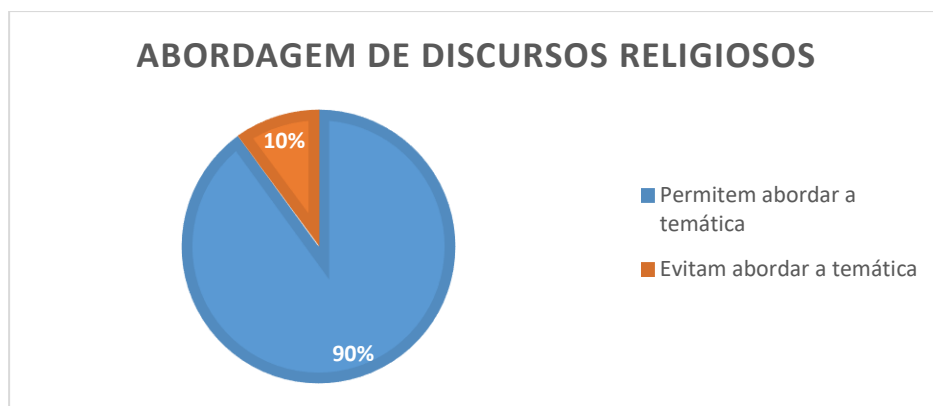
1535

O Gráfico 10 revela que a maioria dos professores (90%) evita abordar discursos religiosos em sala de aula, preferindo explorar outras temáticas para evitar possíveis conflitos ou situações polêmicas. Por outro lado, 10% dos docentes permitem o diálogo sobre questões religiosas, utilizando exemplos e amparando-se em leis que promovem o respeito e a tolerância, como a Constituição Federal de 1988, que assegura a liberdade de crença e a pluralidade cultural, e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), que incentiva o respeito à diversidade na educação. Esses dados evidenciam que, embora alguns professores estejam abertos a tratar do tema, há uma predominância de receio e insegurança em lidar com conflitos religiosos no ambiente escolar.

A postura de evitar diálogos sobre religião reflete, em parte, a falta de preparo para mediar debates que envolvam diferenças religiosas e culturais. Como destaca Freire (1996), "a educação deve ser um ato de coragem, que propicie o diálogo e respeite as diferenças". Contudo, o receio demonstrado por 90% dos professores pode estar associado à ausência de formação específica sobre como tratar temas sensíveis, o que reforça a necessidade de programas de formação continuada. Essa capacitação permitiria aos docentes abordar questões religiosas de

forma crítica e inclusiva, promovendo o entendimento e o respeito entre os estudantes.

Gráfico 10 - Respostas de professores que evitam e que permitem abordar os discursos religiosos na escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Além disso, a escolha de evitar o tema pode indicar uma fragilidade em integrar a transversalidade dos conteúdos recomendados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe a valorização das diversidades e a promoção do respeito mútuo como princípios educativos. Segundo Libâneo (2012), "a escola deve ser um espaço de reflexão e convivência democrática, no qual temas complexos, como a religião, sejam abordados de maneira cuidadosa, mas nunca negligenciados".

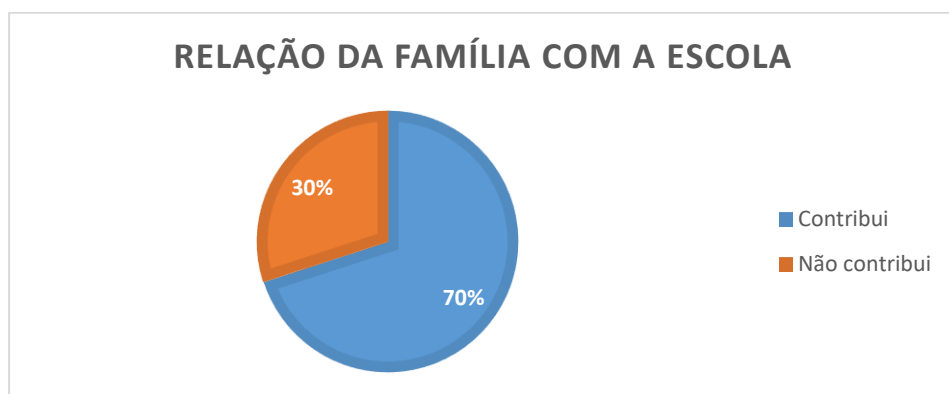
1536

A necessidade de atualização e formação, apontada pelos próprios professores, é uma estratégia indispensável para transformar a insegurança em confiança ao abordar essas temáticas. Seja por meio de especializações, formações continuadas ou pesquisas autônomas, é crucial que os docentes se sintam preparados para mediar discussões religiosas de forma imparcial e respeitosa, garantindo que o ambiente escolar seja um espaço de aprendizado e convivência harmoniosa. A adoção dessas medidas pode não apenas contribuir para a redução de conflitos, mas também enriquecer o processo educativo com discussões que promovam a tolerância e a cidadania.

O Gráfico 11 evidencia que 70% dos participantes acreditam que a relação entre a família e a escola contribui positivamente para o aprendizado do aluno e para a resolução de conflitos religiosos. Esses professores reconhecem que um bom relacionamento entre ambas as partes promove um ambiente colaborativo, onde os valores de respeito e convivência podem ser trabalhados de forma mais efetiva. Por outro lado, 30% dos participantes relataram que essa

relação não é construtiva, apontando que, em algumas situações, os pais demonstram uma postura excessivamente rígida em relação à religiosidade, chegando a impedir a participação dos filhos em determinadas atividades escolares que não estejam alinhadas às suas crenças.

Gráfico II - A relação da família com a escola tem contribuído ou não com o aprendizado do aluno e com a solução dos conflitos religiosos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

De acordo com os relatos dos professores, houve casos em que alguns pais recomendaram que seus filhos evitassem relacionar-se com colegas de outros grupos religiosos, o que não apenas dificulta a resolução de conflitos, mas também compromete o aprendizado e a construção de relações sociais no ambiente escolar.

Como destaca Candau (2010), "a escola deve ser um espaço de convivência democrática, onde as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas como elementos constitutivos da formação humana". A interferência de crenças religiosas de forma segregadora vai de encontro a esse princípio, criando barreiras para a integração e o respeito à diversidade.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva e exploratória, tendo como objetivo compreender a percepção dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais de Pariconha/AL sobre a implementação da Lei nº 11.645/2008, bem como identificar práticas pedagógicas voltadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionários estruturados junto a 34 participantes, incluindo professores, uma coordenadora pedagógica e uma gestora escolar. Os questionários continham questões fechadas e abertas, permitindo a coleta de dados estatísticos e descritivos, além de possibilitar uma análise interpretativa sobre os discursos dos sujeitos envolvidos.

O levantamento de dados ocorreu presencialmente nas unidades escolares, após o envio de convites e a realização de um encontro inicial de apresentação dos objetivos do estudo. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as exigências éticas para pesquisas com seres humanos.

A análise dos dados foi conduzida com base na Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), possibilitando a categorização temática das respostas, a identificação de padrões e a construção de inferências sobre a realidade investigada. Os dados quantitativos foram organizados em gráficos para facilitar a visualização das informações e a identificação de tendências.

A fundamentação teórica deste estudo foi embasada em autores como Freire (1996), Libâneo (2012), Candau (2010) e Gatti (2009), cujas contribuições sobre educação, diversidade cultural e formação docente sustentam a análise crítica dos resultados obtidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou importantes lacunas na implementação da Lei nº 11.645/2008 no contexto das escolas municipais de Pariconha/AL, especialmente no que tange ao conhecimento, à formação docente e à efetiva inserção dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Os dados coletados revelaram que, apesar do reconhecimento da relevância da temática por parte dos educadores, ainda predominam práticas esporádicas, ausência de regulamentação local e insuficiência de orientações pedagógicas regulares, o que compromete a consolidação de uma educação efetivamente antirracista e plural.

Observou-se também que a maioria dos professores não possui formação específica ou continuada sobre a referida legislação, o que dificulta a apropriação crítica e a transposição didática adequada dos conteúdos exigidos. Tal cenário aponta para a necessidade urgente de investimentos em políticas públicas que promovam ações formativas sistemáticas, voltadas à

valorização da diversidade étnico-racial e à superação de práticas escolares excludentes e eurocêntricas.

Ademais, a ausência de adaptação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e a escassez de materiais didáticos contextualizados demonstram que o cumprimento da legislação ainda não está plenamente integrado à realidade educacional local. Essa constatação reforça a importância de ações articuladas entre os sistemas de ensino e as unidades escolares, com o objetivo de transformar os princípios legais em práticas pedagógicas concretas e significativas.

Conforme apontado por Freire (1996), a educação deve ser um ato político e libertador. Assim, garantir a implementação plena da Lei nº 11.645/2008 é um passo fundamental para que a escola cumpra seu papel social de formar cidadãos críticos, conscientes de sua identidade e respeitosos com a diversidade que constitui a sociedade brasileira.

A superação dos desafios identificados requer compromisso político, formação docente continuada, revisão dos documentos orientadores das escolas e, sobretudo, uma mudança de postura frente à pluralidade cultural como princípio estruturante do processo educativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural e currículo**: novos significados para a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de professores**: condições atuais e perspectivas. Brasília: UNESCO: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2012.